

SOBERANIA ALIMENTAR E AGRONEGÓCIO: NOTAS ALÉM DA PORTEIRA

*Newton Narciso Gomes Jr*¹
*Oswaldo Aly Junior*²

Resumo: Explorando os conceitos de segurança e soberania alimentar, o presente artigo busca questionar a abrangência de ambos os termos e mostrar sua insuficiência com relação ao acesso e ao custo da aquisição de alimentos principalmente para as camadas de baixa renda, o que remete ao paradoxo clássico do abastecimento alimentar. Nestes conceitos a circulação, distribuição e comercialização de alimentos, assim como o papel do consumidor são temas não tratados. Também, chama a atenção para o moderno sistema agroindustrial de produção de alimentos que rompe com o conceito cultural do que é comida e alimento, ocultando sua implicação direta em termos da saúde e das doenças que são desenvolvidas a partir deste padrão alimentar.

Palavras-Chave: Comida; Abastecimento Alimentar; Segurança Alimentar e Soberania Alimentar

1 Economista. Professor da universidade de Brasília, professor permanente do PPG em Política Social, SER/UnB, professor permanente do PPG em meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, MADER/FUP/UnB, Coordenador do Núcleo de Estudos de Políticas de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional, MADER/UNB/CNPQ, Coordenador do Núcleo de Estudos Agrários- NEAGRI, CEAM/UnB, Coordenador Editorial da revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, ABRA. swnewtongomes@gmail.com

2 Engenheiro Agrônomo, Professor da Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNLARA, Araraquara-SP, Membro do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisa de Águas Subterrâneas – IGC-USP, Doutorando no IGC-USP, diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), oalyjunior@gmail.com

Abstract: This paper use the concepts of food security and food sovereignty and in order to question the scope of both terms and show their inadequacy regarding access and the cost of purchasing food especially for low-income populations, which refers to the classic paradox of food supply. These concepts circulation, distribution and sale of food, as well as consumer paper are not treated subjects. Also draws attention to the modern agro-industrial system of food production that breaks with the cultural concept of what is food and food by hiding its direct implication in terms of health and disease that are developed from this dietary pattern.

Keywords: Food; Food Supply; Food Security; Food Sovereignty

Introdução

Em 1996, durante a realização em Roma da Cúpula Mundial da Alimentação promovida pela FAO³, a Via Campesina⁴ introduziu no debate a ideia da Soberania Alimentar apresentada como outra via de luta distinta da segurança alimentar e nutricional na medida em que voltava-se para a construção do livre direito dos povos de escolher como comer, decidir como essa comida deve ser produzida e de saber de onde provém aquilo que comemos. Com essa leitura a Via Campesina defende que revolucionou o debate da segurança alimentar, superando-o nos seus limites do direito à alimentação, este circunscrito às garantias de que sua consecução poria fim à fome sem que houvesse outras condicionantes que não as associadas às garantias de acesso regular e permanente aos alimentos.

Tomada sob esse ponto de vista, a soberania alimentar representaria no cenário das lutas sociais a expressão dos interesses e direitos dos povos enquanto a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) seria um amálgama de posições que conviveriam com o agronegócio e a agroindústria e seus arranjos, sem grandes contradições uma vez que a construção da SAN e do Direito Humano à Alimentação estariam, ambas as dimensões, associadas ao enfrentamento da fome e sua superação.

O objetivo desse ensaio é discutir a violência do agronegócio e da agroindústria a ele associada, sobre o imaginário social ao desconstruir e

3 Food Agriculture Organization, organismo da Organização das Nações Unidas que atua no campo da segurança alimentar e nutricional, agricultura, combate à fome, etc.

4 Movimento Social Internacional que congrega militantes e organizações sociais envolvidas com as lutas pela terra em todas as suas dimensões.

ressignificar a ideia de comida e de alimentação e, também, que soberania alimentar e segurança alimentar não são ideias concorrentes e sim princípios que orientam ou deveriam orientar as políticas e iniciativas da produção, comercialização e consumo de alimentos de sorte a que propiciassem o preenchimento adequado dos requerimentos para a fruição do Direito Humano à Alimentação.

2. O fim do tempo para comer

A intensa propaganda empregada para vender substâncias alimentares que se multiplicam aos milhares pelas gôndolas e prateleiras dos supermercados tem impactado o imaginário social levando ao enfraquecimento ou ressignificação da ideia do que seja de fato comida. Contribui para essa distorção, ainda no campo da propaganda, o ufanismo embutido em frases que martelam ser o país o celeiro do mundo, o maior produtor dessa e aquela commodity.

O estiolamento do significado de comida é a porta de entrada para o crescimento preocupante de produtos alimentares processados e industrializados que confundem memórias olfativas e gustativas e embaralham todas as relações que a comida construiu através dos tempos com a história dos indivíduos, suas sociabilidades e referências.

As mais recentes pesquisas sobre consumo e dispêndio alimentar, publicadas nos suplementos da Pesquisa Nacional de Orçamentos Familiares (POF) de 2009 revelam um movimento de recuo no consumo e dispêndio com alimentos tradicionais e o crescimento importante daquelas opções que estejam associadas a menores preços, praticidade e rapidez no preparo, modernidade dentre outros aspectos, todos eles remetendo a uma ideia de que o consumo de tais substâncias fala mais do consumidor do que ele mesmo.

O suplemento Antropometria da POF 2009 revela que o excesso de gordura é um fator de agravo de saúde identificado em pelo menos 51% da população brasileira de 5 anos de idade em diante, independente da região em que habitam ou da classe de renda a que pertençam. O estudo aponta que tem crescido em ritmo forte o consumo de substâncias alimentares cuja composição apresenta excesso de sódio, gorduras e açúcares além de uma infinidade de compostos artificiais e, ao mesmo tempo em que registram insuficiência de fibras e micronutrientes nas suas composições. A captura dessa situação sugere que ingressaram na cesta de consumo alimentar, novos produtos alimentares processados e industrializados, e que vêm ocupando

espaço antes preenchido pelos alimentos tradicionais da nossa gastronomia.

O enrijecimento da elasticidade da demanda do consumo dos alimentos tradicionais, aqueles que compõem a base da nossa tradição alimentar já fora captado pelo estudo de Schlindwein e Kassouf (2007) que apontou como fatores relevantes para as alterações do padrão alimentar a disponibilidade de tempo para preparo de refeições, que empregam produtos de cocção tempo – intensivos, restrições à mobilidade urbana que estreita sobremaneira os tempos livres das pessoas, a presença mais intensa das mulheres no mercado de trabalho, etc.

A POF registrou, também, uma evolução importante nos dispêndios com alimentação fora do domicílio, que estava na casa de 24,1% na edição de 2003 saltando para 31,1% na edição de 2009, contudo, duas outras informações merecem nossa atenção: a alimentação fora do domicílio responde por 16% da ingestão calórica per capita o que leva a uma segunda observação, a de que segue sendo no domicílio o local onde preferencialmente a população toma suas refeições.

Não seria razoável, embora a inexistência de dados seguros prejudique qualquer afirmação, associar o consumo de alimentos fora do domicílio com a prática de trocar refeições por opções de comida de rua. A proliferação de restaurantes que operam como autosserviço onde se paga pelo peso da comida que será consumida pelo comensal e outros arranjos similares e as inúmeras opções de preços praticados por tais estabelecimentos que se destinam às mais diferentes classes de renda é indiscutível, como também não se discute a nova tendência que cresce nas cidades grandes e médias, do serviços oferecidos pelos food truck que, bem distante da ideia de lanche se apresentam como opção rápida e funcional para uma refeição completa, a preços competitivos com o mercado tradicional.

Esse atalho iniciado parágrafos atrás pode sugerir que escapamos do tema e objeto desse ensaio. Mostraremos mais adiante, que não. A razão pela qual o assunto da alimentação fora do domicílio entrou nessa reflexão está associada à manipulação ou corrupção do imaginário social. Qualquer observador, por mais desatento que seja, quando acompanha o movimento das pessoas nos horários de almoço não deixará de notar pelo menos duas características comuns entre os comensais: a pressa que é identificada pelo caminhar dos indivíduos, pela impaciência nas filas de servir e pela displicência no arranjo do prato. Mesmo incorporando noções de alimentação saudável, ideia essa associada à presença de verduras e legumes nos pratos, o ritual inclui do arroz e feijão até inusitadas e exóticas combinações de preparos que jamais

frequentariam qualquer refeição convencional.

Esse comportamento revela uma instigante mistura de memórias e símbolos na forma de comida. Combinam-se a tradição do dia a dia na forma do arroz feijão e mistura como se referia Cascudo (2003), com os preparos de comida de domingo, de comida de festas, de comida da moda, dos filmes, da novela e por aí vai. Aquilo que no momento representa uma satisfação olfativa, gustativa e de memórias, promove simultaneamente um enfraquecimento dessas mesmas sensações na medida em que esse consumo as banaliza, as retira do contexto.

Tudo é consumido movido pela pressão do tempo, pois, a hora do almoço é também a hora livre para o pagamento das contas em lotéricas, bancos e caixas eletrônicos sempre com filas de espera, para as pequenas compras do dia a dia. A comida perde, progressivamente, significado. Ao final do dia tem início a maratona de volta para casa. A Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) edição de 2009 revela que a população brasileira residente nas dez maiores regiões metropolitanas do país, gasta em média 40,3 minutos diários para se deslocar de casa ao trabalho, ou seja, quase uma hora e meia para ir e vir e, destaca, ainda, que 19,5% da população residente nesses conglomerados urbanos necessita de pelo menos noventa minutos para chegar ao trabalho, ou seja, têm três horas de seu dia gastos com sua locomoção.

Acrescente-se a isso a precariedade do transporte público, o excesso de veículos nas vias e os inevitáveis congestionamentos e está dada, grosso modo, a condição de exaustão que se abate sobre as pessoas quando retornam ao fim do dia para casa. Porém, a mobilidade não se esgota no ir e vir. Outros aspectos a compõem, como as opções de acesso à cultura, lazer, esportes, quase sempre inexistentes nos bairros, a percepção de segurança e insegurança que determina as decisões de sair ou não sair de casa, dentre tantos outros aspectos que desbordam a ideia de deslocamento. Esses determinantes deslocam o acontecer da vida, da rua para o interior dos domicílios onde o privado tende a se impor ao público, o individual ao social.

A pressa do dia no trabalho se repete no domicílio. Contudo, os parâmetros ali são outros. O tempo que urge é o que está disponível para cuidar da casa, dos filhos, etc. O lazer se resume à televisão e ao computador que se popularizou o que abriu novas formas de sociabilidade e de acesso às informações. A comida, a ideia de jantar onde todos se sentam juntos e compartilhem a vida e a refeição, cede vez ao lanche rápido ou à comida submetida ao micro-ondas e devorada em frente à televisão ou computador.

Reina silêncio na casa, os olhos atentos às mensagens diretas e subliminares sobre o que está na moda, o que emagrece, o que faz bem ou mal para saúde, e logo é hora de dormir, pois amanhã a rotina se repetirá, mas, faltará um dia a menos para o descanso do domingo.

Esse cenário está marcado por uma dose, talvez um tom acima, de dramaticidade. Contudo, essa rotina acompanha milhões de pessoas no Brasil e para se certificar de que essa não é uma afirmação descabida basta dispendermos uns poucos minutos num dos muitos restaurantes da cidade nos horários de almoço ou, espiarmos a nós mesmos quando chegamos de volta do trabalho. A ideia de jantar, da conversa em torno da comida, quase desapareceu dando vez ao mesmo comportamento adotado no almoço fora do domicílio, porém, em certa medida piorado, pois à diversidade do self service se impõe a praticidade do lanche ou de qualquer preparo rápido e fácil que não envolva de preferência panelas, louças e muitos talheres.

3. O agronegócio e as substâncias alimentares que comemos.

Houve um tempo em que o supermercado era visto como substituto do armazém tradicional. As compras eram mensais e o objetivo era prover a casa driblando a inflação. Tal como nos armazéns, o supermercado é um difusor de novidades seja para alimentação, higiene e limpeza, vestimentas, calçados e muitas outras coisas para casa, animais, lazer. Contudo, carnes, legumes, frutas e verduras, pães e similares, seguiam sendo produtos associados a equipamentos tradicionais, o supermercado era para a despesa grossa, pagava-se a vista, e as misturas, cada qual no seu lugar, entravam na casa pela compra semanal ou diária, pelo crédito na caderneta.

Mas essas são lembranças dos tempos iniciais do autosserviço no Brasil. Já nos anos 1970 o autosserviço havia decretado o fim do comércio tradicional e com isso sucumbiram açougues, mercearias, quitandas, armazéns e empórios, muitas feiras livres e mercados municipais. Aqueles que resistiram às transformações provocadas pelo domínio do autosserviço, especialmente feiras livres, mercados municipais e alguns açougues o fizeram sofisticando suas ofertas e elevando seus preços. Converteram-se de equipamentos populares em opções para as classes de renda mais elevadas fazendo com que o paradoxo clássico do abastecimento alimentar segundo o qual os ricos pagam menos para se alimentarem melhor enquanto os pobres pagam mais para comerem pior, se mantivesse inalterado.

O que se pretendeu afirmar anteriormente é que este paradoxo identificado e enunciado nos anos 70 aqui no Brasil, estava relacionado com o fato do surgimento e consolidação das redes de supermercado. Estas redes situadas em bairros de rendas mais elevadas permitiam que seus frequentadores comprassem alimentos e produtos de higiene e limpeza a preços bem mais baixos.

Nas periferias estes equipamentos inexisiam e os equipamentos existentes vendiam os mesmos produtos a preços mais elevados e isto tinha um impacto direto sobre a renda e o custo de vida, o que levou a intervenção pública no sentido de criar equipamentos públicos de abastecimento no sentido de regular preços e controlar o custo de vida dos trabalhadores.

Em recente artigo sobre supermercados, Esther Vivas, militante da segurança alimentar e jornalista espanhola, construiu um texto que beira o hilário, mas, também, expõe a nossa ingenuidade diante desse moinho de autonomias pessoais. Num texto ágil, a jornalista vai desvelando segredos sinistros das estratégias de venda, que envolvem desde o tamanho do carrinho e as dificuldades para conduzi-lo em linha reta, passando pelos corredores apertados, a constante mudança do local dos itens mais essenciais sem informação prévia, o que nos obriga a um tour entre gôndolas e prateleiras onde tudo o que a propaganda, a novela, o filme, mostram e distinguem com representação do melhor, do mais moderno. Tudo está ali, ao alcance dos nossos olhos e lógico, das mãos e, sempre há espaço no carrinho .

A tensão no texto é crescente, um triller com câmeras, ocultas ou não, que ali estão para fiscalizar nosso comportamento diante de tudo que está à venda, as imagens orientarão estratégias de venda futuras, com preços cujas frações impedem nosso raciocínio de realizar comparações, com cartões de fidelidade, concursos e sorteios que induzem a que ofereçamos informações que processadas se converterão em correspondências cheias de ofertas especiais “para você”.

Nossas relações com os alimentos têm se convertido em convívio arriscado. A longa trajetória da espécie humana que permitiu que nossos organismos pudessem processar alimentos os mais diversos, que permitiu que os seres humanos pudessem comer praticamente tudo que a natureza oferecesse está sendo perdida (POLLAN, 2006). A sofisticação das sensações que alertam para o risco à saúde de determinadas espécies, ou das condições em que estão esse ou aquele alimento, o conhecimento das inúmeras combinações que permitem uma refeição oferecer macro e micronutrientes necessários ao organismo, toda essa complexa relação que envolve o que

é comida, como ela foi produzida e como e quando chega até à mesa, não resiste às simplificações a que submetemos desde a produção até o consumo de alimentos.

Não vai longe o tempo em que a ideia que tínhamos de uma fazenda era um mundo onde se cultivavam distintas espécies vegetais, animais para corte, frutas etc. Na atualidade essa ideia de fazenda praticamente desapareceu trocada pela monotonia de três ou quatro culturas, milho, soja, cana de açúcar e eucalipto, e grandes extensões para gado bovino e as condições aviltantes da produção de aves e suínos (HAUTER, 2012). A consequência dessas alterações se manifesta na produção agroindustrial. A soja e o milho estão presentes em praticamente todos os produtos alimentares e de lazer, do óleo ao macarrão, do sorvete aos temperos, sucos, refrigerantes e cervejas. A indústria alimentícia simplificou perigosamente os alimentos, empobrecendo-os despojando-os de suas características naturais a ponto de ter que enriquecê-los artificialmente. As memórias sobre frutas, legumes e verduras que variavam conforme as estações do ano, que estavam presentes nessa ou naquela região, tudo é coisa do passado. Atualmente come-se mangas, melancias, melões, figos, uvas e morangos o ano todo, temos frutas e sementes dos mais longínquos cantos do planeta ao alcance do consumidor em qualquer supermercado. Para percorrerem longas distâncias, para driblarem a memória das estações do ano, para serem produzidas em qualquer terreno, toneladas de adubos químicos, venenos e outros componentes são despejados sem critério em plantações e criações cada vez mais especializadas, mais “solteiras”.

Pollan (2006) chama a atenção para o fato de que o número verdadeiro de espécies nas nossas dietas está diminuindo, não obstante a ideia de que há uma miríade de produtos disponíveis para o consumo em qualquer supermercado. A verdade é que a simplificação da cadeia alimentar com a qual convivemos é resultado do desaparecimento de variedades comuns substituídas por um reduzido número de espécies patenteadas, boa parte delas cereais que substituíram as fazendas diversificadas de antanho, desenvolvidas para permitir grande produtividade, colheitas mecânicas e, principalmente, facilidade e adaptação para processamento industrial (POLLAN, 2006).

Na atualidade, soja, milho, trigo e arroz respondem em média por pelo menos dois terços da ingesta calórica diária, caloria barata na forma das mais bizarras substâncias alimentares, além dos preparos tradicionais, tudo em embalagens práticas, coloridas, e acima de tudo, baratas quando

confrontadas com os preços da comida de verdade.

Não deve causar estranheza a ninguém que exatamente a partir dessa nova era do nutricionismo industrial (POLLAN, 2008) a saúde humana experimenta uma degradação impressionante. Exatamente a partir dos anos 1980 quando a dieta ocidental sustentada pelo consumo prioritário de produtos alimentares, processados, refinados, industrializados; pela redução relevante do consumo de frutas, legumes e verduras diversificadas e pelo excesso do consumo de carnes e derivados processados, os agravos de saúde associados ao sobrepeso e obesidade explodiram afetando mais da metade da população a partir da primeira idade estendendo-se por todas as faixas da idade adulta. No mundo todo o consumo desenfreado de gorduras, sódio e açúcares presentes em substâncias alimentares pobres em fibras e micronutrientes com sabores e aromas que podem lembrar qualquer comida que a indústria quiser fez com que diabetes, doenças coronárias, doenças do trato intestinal e hepático além da hipertensão, representem hoje, com as cirurgias bariátricas e outros procedimentos associados ao combate à obesidade e sobrepesos um gasto de algumas centenas de milhões de dólares pelos sistemas de saúde de todo o mundo.

Assim, a letalidade do agronegócio vai muito além dos danos ambientais, da exploração rapace dos trabalhadores, da concentração do poder econômico e político em mãos dos que nada têm com a terra. Suas práticas são decisivas para alimentar o moinho que destroça a cultura, as tradições, a história dos povos, na forma de produzir alimento que não é comida e de alimentar uma indústria alimentícia que produz substâncias alimentares que também não são comidas e que por seu turno suprem o oligopólio do autosserviço que vende essa comida que não é comida para, principalmente, a maioria da população que vive no fio da navalha, apinhada em centros urbanos, entre o sonho induzido da classe média e a realidade do subproletariado.

4. Os limites do significado da soberania alimentar ante o império da agricultura industrial e o oligopólio do autosserviço.

Na atualidade o setor supermercadista exerce um domínio inquestionável no que toca à comercialização varejista de alimentos, itens de higiene e limpeza, além de abocanhar uma fatia relevante das vendas de utilidades domésticas, cama, mesa e banho, vestuário,

eletroeletrônicos e linha branca da cozinha, e até livros.

O setor responde atualmente por pelo menos 80% do volume global de alimentos comercializados pelo setor varejista brasileiro e, mais da metade desse volume está a cargo de pouco mais de uma dezena de grandes redes de autosserviço. Em outros termos significa dizer que os supermercados se relacionam com seus fornecedores, sob as regras de oligopólio e que, portanto, fornecer para esses gigantes envolve riscos razoáveis de perda de autonomia e submissão às suas regras. Logo, quem se habilitar como fornecedor para as redes, ou bem tem condições de produção que permitam uma diversificação da carteira de clientes, ou deve se submeter às regras válidas para fornecedores exclusivos.

Sendo o equipamento de varejo preferencial da sociedade, as compras e distribuição envolvem operações complexas com aquisições em grandes volumes a serem distribuídos ao longo do tempo por dezenas, de lojas da cadeia numa mesma cidade ou região. Não há espaço para falhas e os contratos definem isso, pois, desabastecer um mercado significa empurrar a demanda para o concorrente.

Vimos em seção anterior que a consolidação do autosserviço determinou a liquidação dos equipamentos tradicionais e, mais recentemente assistimos uma progressiva concentração do setor supermercadista sob o controle de poucas cadeias. Assim, dois elementos emergem para qualquer um que planeje fornecer para esse varejo: ter escala capaz de suprir a demanda concomitante de várias lojas e dispor de logística para efetivar a distribuição até as centrais de expedição.

Alguns setores do autosserviço foram terceirizados: os supermercados arrendam o chão da loja e, a exposição e reposição das mercadorias para aquele setor, ficam na conta de quem detém o contrato de fornecimento. Os supermercados fazem os preços, determinam o padrão de qualidade que lhes interessa e, as perdas ficam nas contas do fornecedor. O acerto de contas entre as partes se dá a posteriori, ou seja, depois de encerrada a operação que pode ser semanal ou mensal.

Dispensa maiores explicações serem essas relações de comércio interdadas a qualquer um que não disponha das condições para atender os requerimentos de escala, preço e logística e isso vale quer para verduras e legumes como para qualquer setor que esteja sob as regras da terceirização. Não há exceções, trata-se de negócios e como tal, geração de lucros e fidelização do consumidor.

Tendo esse cenário traçado em grandes linhas, debrucemo-nos sobre o

debate da soberania alimentar. A ideia é ter controle sobre o que produzir, com que métodos produzir e, para quem produzir. Esse arranjo seria a oposição mais adequada às práticas agrícolas associadas ao agronegócio e suas técnicas e manejos hostis ao meio ambiente, portanto, a soberania alimentar pressupõe uma agricultura e agroindústria que tenham como princípio orientador uma produção agroecológica, agroflorestal ou de técnicas preservacionistas que resultem de um lado alimentos saudáveis e seguros e de outros manejos e práticas que se comprometam com o direito das gerações futuras seguirem vivendo num mundo adequado.

A soberania alimentar e os conteúdos presentes nessa ideia, não pressupõem, pelo menos até aonde as discussões permitem enxergar, a superação da economia de mercado e, por conseguinte, um novo modo de produção. Portanto, além das mudanças no imaginário social que deveria ressignificar a ideia de comida sua realização deve, também, definir novos parâmetros a partir dos quais o sistema de abastecimento operará.

Contudo essas dimensões associadas ao abastecimento alimentar: circulação, distribuição e comercialização e o papel do consumidor não integram o campo de discussões da soberania alimentar. Há uma genérica defesa do direito humano à alimentação, sob a perspectiva da disponibilidade de alimentos seguros e saudáveis que fariam frente às aberrações alimentares de hoje. A questão que se impõe nesse momento é relativamente simples: por quais canais serão distribuídos os produtos resultantes das práticas seguras e responsáveis da produção alimentar?

Assessória a essa questão se apresenta a necessidade de se enfrentar outras duas ordens de problemas:

Vimos que a urbanização e as pressões do tempo definiram as regras da transição alimentar e que para assegurar o acesso das pessoas ao que genericamente chamamos de comida, sob a mediação do tempo, foram vendidas ideias de modernidade, praticidade e até mesmo de diferenciação social, associadas às compras nos supermercados. Esses equipamentos são os principais aliados da agricultura industrial e seu domínio praticamente eliminou as possibilidades para um enfrentamento da dieta de risco pela via da alimentação saudável assentada em alimentos diversificados e seguros sob todos os pontos de vista. Portanto, a construção da soberania alimentar deve voltar-se, também, para a construção de um novo desenho de política de abastecimento alimentar que abrigue o fim do oligopólio do autosserviço, o resgate da rede capilar de varejo e suas múltiplas possibilidades de equipamentos de comercialização atacadista e varejista.

A produção diversificada de alimentos seguros pressupõe uma revolução no conceito que hoje representa o significado de agricultura. A ideia de que a comida resulta do processamento de umas poucas variedades de vegetais e carnes que submetidas a processos de transformação resultam em uma miríade de substâncias alimentares que imitam as comidas tradicionais só sobrevive se contar com uma longa cadeia de manipulações que tem início na terra e termina na mesa do cidadão. Portanto, a construção da soberania alimentar impõe como condição a realização de uma reforma agrária que desmonte os latifúndios que abrigam as monoculturas associadas ao estreitamento da nossa base alimentar.

A realidade do consumo de alimentos, como vimos em seções anteriores, ressignificou a ideia de comida convertendo o que seria em outros tempos identificado como imitações em produtos ou alimentos originais. Impulsionada pelo nutricionismo, o principal aliado da agricultura industrial e da indústria, a comida foi se convertendo em um similar de medicamento, tamanhas são as restrições sobre o que consumir e as orientações daquilo que deve ser consumido. Todos os dias um alimento pelo menos é apontado como vilão da história; ora o tomate ora a carne bovina, suína ou frango, ora a manga, a batata, os peixes, os ovos. Um movimento permanente condena e absolve alimentos e, principalmente, emula o consumo de certas comidas-chaves, aquelas que substituem nutrientes presentes em diversas plantas e carnes, que curam ou previnem doenças. Assim, pensar a soberania alimentar deve também incluir o enfrentamento da manipulação do imaginário social produzida pela ciência a serviço do mercado e o mercado a serviço do lucro. Isso pressupõe pensar a soberania alimentar sob a perspectiva da segurança alimentar e nutricional e da política pública para a alimentação e nutrição.

Resta ainda nessa seção enfrentar um contencioso entre soberania alimentar e segurança alimentar. Os defensores da soberania alimentar tendem, ora mais diretamente ora mais dissimuladamente a defender que aquela categoria é mais complexa e, portanto, tem primazia à segurança alimentar. A razão fundante dessa interpretação é a de que a SAN está associada à dimensão da fome enquanto que a soberania alimentar estaria associada à comida.

Essa é uma discussão superada pelos estudiosos da segurança alimentar desde que o conceito que hoje define SAN foi consolidado na cúpula paralela de segurança alimentar acontecida em Roma em 1996. Desde lá, a ideia de segurança alimentar desbordou os limites do acesso regular e permanente aos alimentos estendendo-se para a garantia de acesso a alimentos saudáveis e

seguros, resultantes de processos de produção ecologicamente responsáveis. Acrescenta ainda, a associação da SAN com a preservação das práticas alimentares, culturas e tradições gastronômicas dos povos.

Sob essa perspectiva, o significado de fome foi fortemente reformulado. Sem deixar de combater a excrescência representada pelas restrições de acesso de contingentes populacionais à comida, a definição de SAN estendeu a ideia de insegurança alimentar ao consumo inadequado de alimentos, inadequado pelo viés da qualidade, da segurança desses alimentos, inadequados pela violação das tradições e história alimentar dos povos, inadequado, por fim, pela perspectiva da manipulação do imaginário social ressignificando a ideia de alimento e comida.

Na medida em que o significado de SAN adquire esses conteúdos todos os sistemas, desde a produção e transformação até a comercialização e consumo são contaminados por ele. Ou seja, a Segurança Alimentar e Nutricional se apresenta como um princípio que orienta políticas públicas cujo resultado esperado é a satisfação adequada dos requerimentos para a plena fruição do Direito Humano à Alimentação.

Diante desse significado para segurança alimentar e nutricional a tese de que a ideia de soberania alimentar se sobrepõe àquela deixa de ter qualquer sentido. Mais preocupante ainda é o fato de que a soberania alimentar tal como tomada atualmente não põe em xeque a estrutura oligopolizada do sistema de abastecimento e tampouco aponta o enfrentamento da agroindústria de transformação restringindo-se às dimensões da produção o que não responde à pergunta: Vender para quem? Como? A que preços?

5. CONCLUSÕES

O objetivo deste ensaio foi anunciado como evidenciar a violência do agronegócio contra a sociedade brasileira. Não se tratou de qualquer corte pela renda ou classe social uma vez que a violência que se buscou explicitar atinge a todos indiscriminadamente na forma da insegurança alimentar por inadequação da dieta. As consequências desse padrão de agricultura industrial voltada para a produção de substâncias alimentares que imitam comida de verdade e induzem os comensais a identificarem-na como expressão da modernidade e praticidade é o registro pelo IBGE de 51% da sociedade brasileira a partir dos cinco anos de idade convivendo com o sobrepeso e obesidade e, os agravos de saúde dali decorrentes.

Na ponta final desse processo de produção de comida que não é comida

o oligopólio do autosserviço se apresenta como uma barreira de entrada às produções diversificadas da agricultura familiar e a produção agroecológica. Sem um sistema capaz de comportar comercialização de cadeias curtas, diversificadas, a produção de alimentos saudáveis e seguros vem se restringindo a atender, como sempre, os segmentos de renda mais altas e que podem pagar preços mais elevados para comerem melhor.

O peso do item alimentação no Brasil atinge em média algo em torno de 24% do valor total das despesas das pessoas para a provisão da vida. Entretanto, essa média é puxada pela ampla maioria com rendas em torno de 3,5 salários mínimos. Assim, a estrutura de distribuição varejista faz com que o paradoxo clássico do abastecimento se mantenha inalterado.

A ausência de políticas públicas de abastecimento alimentar, de reforma agrária, a omissão dos órgãos responsáveis pela fiscalização da produção e transformação de alimentos, a substituição da noção de cidadania pela ideia de consumidor, a ausência de investimentos em transporte público e regulação do trabalho, tudo isso por um lado amplia as causas que desaguardam na insegurança alimentar e de outro, protegem e encobrem a violência do agronegócio sobre o povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/>. Acesso em: 03/07/2015.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)**, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em: 03/07/2015.

CASCUDO, C.L. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Ed Global, 2004.

HAUTER, W. **Foodopoly**. New York/USA: New Press, 2012.

POLLAN, M. **Em defesa da comida**. Rio de Janeiro: Ed Intrínseca, 2008.

_____. **O Dilema do Onívoro**. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2006.

SCHLINDWEIN, M. M.; KASSOUF, A. L. Mudanças no padrão de consumo de alimentos tempo-intensivos e de alimentos poupadores de tempo, por região do Brasil. In: SILVEIRA, F. G. et al. (Org.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea, v. 2, cap. 12, p. 423-462, 2007.

VIVAS, E. **O poder dos supermercados**, 2014. Disponível em: <<http://blogs.publico.es/esther-vivas/2014/08/21/el-poder-de-los-supermercados/>>. Acesso em: 03/07/2015.